

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	32
-------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	400
Preferenciais	0
Total	400
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.761	4.356
1.01	Ativo Circulante	2.595	4.165
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	699	2.402
1.01.03	Contas a Receber	50	90
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.816	1.234
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30	439
1.01.08.03	Outros	30	439
1.01.08.03.01	Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	30	364
1.01.08.03.02	Outros ativos	0	75
1.02	Ativo Não Circulante	166	191
1.02.03	Imobilizado	150	171
1.02.04	Intangível	16	20

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.761	4.356
2.01	Passivo Circulante	968	3.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	215	476
2.01.02	Fornecedores	45	1
2.01.03	Obrigações Fiscais	49	230
2.01.05	Outras Obrigações	659	3.169
2.01.05.02	Outros	659	3.169
2.01.05.02.04	Dividendos a pagar	644	2.445
2.01.05.02.05	Contas a pagar de operações fiduciárias	15	724
2.03	Patrimônio Líquido	1.793	480
2.03.01	Capital Social Realizado	400	400
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393	80
2.03.04.01	Reserva Legal	80	80
2.03.04.10	Reserva de lucros	1.313	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.005	2.045	672	2.001
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-124	-195	-102	-576
3.03	Resultado Bruto	881	1.850	570	1.425
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	50	-5	1.248	735
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	50	-5	1.248	735
3.04.02.01	Despesas administrativas	-677	-1.264	-560	-1.129
3.04.02.02	Despesas de comercialização	-71	-92	-66	-66
3.04.02.03	Despesas tributárias	-16	-22	-10	-14
3.04.02.04	Outras receitas	814	1.373	1.884	1.944
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	931	1.845	1.818	2.160
3.06	Resultado Financeiro	36	112	64	135
3.06.01	Receitas Financeiras	36	112	64	135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	967	1.957	1.882	2.295
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-318	-644	-632	-763
3.08.01	Corrente	-318	-644	-113	-297
3.08.02	Diferido	0	0	-519	-466
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	649	1.313	1.250	1.532
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	649	1.313	1.250	1.532
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,62000	3,28000	3,13000	3,83000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	649	1.313	1.250	1.532
4.03	Resultado Abrangente do Período	649	1.313	1.250	1.532

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	111	772
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.995	2.398
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	1.957	2.295
6.01.01.02	Depreciação	38	36
6.01.01.03	Tributos diferidos	0	67
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.884	-1.626
6.01.02.01	Contas a receber	40	115
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-582	-159
6.01.02.03	Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	334	163
6.01.02.04	Fornecedores	44	1
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	-261	303
6.01.02.06	Obrigações fiscais	-825	-310
6.01.02.07	Contas a pagar de operações fiduciárias	-709	-308
6.01.02.08	Créditos fiscais de operações fiduciárias	0	-1.439
6.01.02.10	Outros ativos	75	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13	0
6.02.01	Aquisições de imobilizado e intangível	-13	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.801	-946
6.03.01	Dividendos pagos	-1.801	-946
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.703	-174
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.402	1.626
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	699	1.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	400	0	80	0	0	480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400	0	80	0	0	480
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.313	0	1.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.313	0	1.313
5.07	Saldos Finais	400	0	80	1.313	0	1.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	400	0	789	0	0	1.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400	0	789	0	0	1.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-709	0	0	-709
5.04.06	Dividendos	0	0	-709	0	0	-709
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.532	0	1.532
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.532	0	1.532
5.07	Saldos Finais	400	0	80	1.532	0	2.012

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	3.691	4.223
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.691	4.223
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-667	-929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-195	-576
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-472	-353
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.024	3.294
7.04	Retenções	-38	-36
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38	-36
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.986	3.258
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112	135
7.06.02	Receitas Financeiras	112	135
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.098	3.393
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.098	3.393
7.08.01	Pessoal	758	711
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	938	1.055
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89	95
7.08.03.02	Aluguéis	89	95
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.313	1.532
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.313	1.532

Comentário do Desempenho



ÁPICE SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ: 12.130.744/0001-00

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Cenário Econômico

No atual cenário econômico brasileiro com constantes incertezas políticas e possíveis reformas junto com a queda da inflação gera especulação do mercado de novos cortes na taxa de juros e existe expectativa do mercado da taxa Selic ficar em torno de 8% no ano de 2017.

Auditoria

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e revisões das informações trimestrais da Ápice Securitizadora S.A. não prestou outros serviços que não o de auditoria externa.

Comentário do Desempenho

A Companhia concluiu o segundo trimestre de 2017 com lucro líquido de R\$ 1.313 mil. A Companhia emitiu quatro séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários cujo montante de emissão foi de R\$ 264 milhões e emitiu uma série de Certificado de Recebível do Agronegócio cujo montante de emissão foi de R\$ 1 bilhão.

Apresentamos para apreciação de V.Sas, as informações trimestrais desta Companhia, relativas ao primeiro trimestre de 2017 com os dados comparativos de exercício anterior e do trimestre anterior para as contas de resultado. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 09 de agosto de 2017

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A Ápice Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Sua controladora é a Ápice Consultoria Financeira e Participações Ltda. e Fernando Cesar Brasileiro.

A Companhia tem como principais atividades: (i) securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e securitização de direitos creditórios do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e imobiliários, bem como em direitos creditórios do agronegócio; (ii) a aquisição de créditos imobiliários, direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários; (iii) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), podendo realizar a emissão e colocação de outros títulos e/ou valores mobiliários; (iv) a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, especialmente à securitização de tais créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e outras disposições legais aplicáveis; (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio.

2. Bases de preparação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 09 de agosto de 2017.

2.2. Bases de apresentação

2.2.1. Bases de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda estrangeira

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações em moeda estrangeira.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

3.4. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e são subsequentemente mensurados ao custo menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada. O valor amortizável do ativo com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessárias para que este possa funcionar como pretende a Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil. A Administração apurou que o ativo intangível não está registrado por montante superior ao valor provável de recuperação, fato pelo qual não houve necessidade de efetuar ajustes.

3.5. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas. A Companhia não possui benefícios de longo prazo a empregados.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009(CPC 33), a Companhia informa que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Créditos vinculados e valores mobiliários emitidos (patrimônio separado)

São registrados pelo seu valor de aquisição e captação, respectivamente, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, conforme demonstrado na Nota Explicativa 23.

3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis intermediárias, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As informações contábeis intermediárias da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

3.9. Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia é composta pelo *fee* de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, deságios e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável.

3.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.11. Lucro por ação

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.12. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A Demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.14. Novas normas, alterações e interpretações

A Companhia pretende adotar as novas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

3.14.1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 48 vai ter nas informações contábeis e nas suas divulgações.

3.14.2. IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 – *Revenue*, o IAS 11 – *Construction Contracts* e as interpretações relacionadas. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 762/16, aprovou o CPC 47, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018.

3.14.3. IFRS 16 – Arrendamentos

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas informações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – *Leases* e correspondentes interpretações. A CVM ainda não aprovou a referida norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Bancos	185	327
Aplicações compromissadas (a)	310	2.075
CDB (b)	204	-
Total	699	2.402

- (a) As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, indexadas a uma média de 80 % dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), em operações chamadas de compromissadas DI, em que o banco vende um título de sua emissão e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento, fazendo que o seu valor contábil seja equivalente ao de mercado.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, pós-fixadas, indexadas a uma média de 83% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), em operações chamadas Certificado de Depósito Bancário na qual o banco vende títulos de sua emissão e se compromete a dar liquidez diária, a qualquer momento, fazendo com que o seu valor contábil seja equivalente ao de mercado.

5. Contas a receber

Em 30 de junho de 2017, o saldo de contas a receber é R\$ 50 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se a prestações de serviços de gestão e de estruturação.

6. Tributos a recuperar

	30/06/2017	31/12/2016
Impostos retidos em prestação de serviços	17	47
Antecipações e pagamentos de imposto de renda e de contribuição social	962	857
Saldo credor de impostos recolhidos em exercícios anteriores	837	330
Total	1.816	1.234

7. Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias

	30/06/2017	31/12/2016
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	30	364
Total	30	364

Despesas reembolsáveis referem-se a valores pagos com caixa da Companhia relacionados com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelas partes das referidas operações.

8. Imobilizado

Descrição	% - taxa de depreciação	30/06/2017 Imobilizado Líquido	31/12/2016 Imobilizado Líquido
Equipamentos de informática	20%	37	33
Instalações e benfeitorias	25%	77	100
Móveis e utensílios	10%	36	38
Total		150	171

A movimentação do imobilizado para as informações contábeis de 30 de junho de 2017 é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2017
Equipamentos de informática	33	11	-	(7)	37
Instalações e benfeitorias	100	-	-	(23)	77
Móveis e utensílios	38	-	-	(2)	36
Total	171	11	-	(32)	150

9. Intangível

Descrição	% - taxa de amortização	30/06/2017 Intangível Líquido	31/12/2016 Intangível Líquido
Equipamentos de informática	20%	16	20
Total		16	20

A movimentação do intangível para as informações contábeis de 30 de junho de 2017 é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2017
Sistemas para processamento de dados	20	2	-	(6)	16
Total	20	2	-	(6)	16

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
Bônus de desempenho	-	324
Provisão de férias	135	111
Provisão de 13º Salario	43	-
INSS e FGTS	31	26
Outros (*)	6	15
Total	215	476

(*) A rubrica outros é composta pelo saldo a pagar de imposto de renda incidente sobre os salários

11. Obrigações fiscais

	30/06/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre o lucro	6	67
Impostos e contribuições a recolher	43	163
Total	49	230



12. Contas a pagar de operações fiduciárias

São obrigações a pagar relacionados com as operações fiduciárias dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidas pela Companhia.

13. Partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2017 a Companhia não realizou transações com partes relacionadas.

14. Remuneração dos administradores

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2017 a Companhia não pagou honorários a seus administradores.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 400, dividido em 400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

15.2. Reserva legal

A reserva legal da Companhia tem saldo de R\$ 80 e está no limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 em que a reserva não pode exceder 20% do capital social.

15.3. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 101 a seus acionistas referente aos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2016.

16. Receita líquida

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Receita bruta	1.147	2.318	764	2.212
(-) Tributos	(142)	(273)	(92)	(211)
Receita líquida	1.005	2.045	672	2.001

A receita da Companhia é constituída de *fee* de estruturação das operações de securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

17. Custo dos serviços prestados

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Taxas Cetip	(16)	(44)	(22)	(57)
Comissões	-	-	-	(341)
Banco liquidante	(25)	(48)	(25)	(49)
Sistemas	(13)	(24)	(11)	(20)
Rating	(61)	(61)	-	(58)
Outros custos	(9)	(18)	(44)	(51)
Total	(124)	(195)	(102)	(576)

18. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento por natureza está apresentado a seguir:

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Despesas com pessoal	(296)	(595)	(262)	(547)
Despesas com encargos trabalhistas	(79)	(163)	(85)	(164)
Despesas com serviços de terceiros	(228)	(350)	(164)	(339)
Despesas com anúncios, patrocínios e publicações	(71)	(92)	(66)	(66)
Despesas com informática e telecomunicações	(33)	(66)	(14)	(20)
Despesas com impostos	(16)	(22)	(10)	(14)
Despesas de depreciação e amortização	(19)	(38)	(18)	(36)
Outras despesas administrativas	(22)	(52)	(17)	(23)
Outras receitas e despesas (i)	814	1.373	1.884	1.944
Total	50	(5)	1.248	735

Classificadas como

Despesas administrativas	(677)	(1.264)	(560)	(1.129)
Despesas de comercialização	(71)	(92)	(66)	(66)
Despesas tributárias	(16)	(22)	(10)	(14)
Outras receitas	814	1.373	1.884	1.944
Total	50	(5)	1.248	735

(i) Refere-se ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

19. Resultado financeiro

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Rendimento de aplicação financeira	10	54	40	85
Variação monetária	26	58	24	50
Total	36	112	64	135

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
IRPJ – corrente	(231)	(467)	(80)	(213)
CSLL – corrente	(87)	(176)	(33)	(84)
Total corrente	(318)	(644)	(113)	(297)
IRPJ – diferido	-	-	(382)	(343)
CSLL – diferido	-	-	(137)	(123)
Total diferido	-	-	(519)	(466)

b) Reconciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Resultado do exercício antes dos impostos	967	1.957	1.882	2.295
Exclusões	-	-	(1.431)	(1.439)
Adições	-	-	(98)	67
Base de cálculo para IRPJ	967	1.957	353	923
Alíquota de 15%	(145)	(293)	(53)	(138)
Base de cálculo alíquota adicional	906	1.837	293	803
Alíquota adicional 10%	(91)	(184)	(29)	(80)
Total do IRPJ	(236)	(477)	(82)	(218)
Utilização de incentivos fiscais	5	10	1	5
IRPJ líquido	(231)	(467)	(81)	(213)
Base de cálculo para CSLL	967	1.957	353	923
Alíquota 9%	(87)	(177)	(32)	(84)
Total de IRPJ e CSLL	(318)	(644)	(113)	(297)

21. Lucro por ação

	01/04/2017- 30/06/2017	01/01/2017- 30/06/2017	01/04/2016- 30/06/2016	01/01/2016- 30/06/2016
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	649	1.313	1.250	1.532
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	400.000	400.000	400.000	400.000
Lucro por ação - em reais	1,62	3,28	3,13	3,83

22. Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

22.1. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercadoCaixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras compromissadas DI e CDB DI que são títulos de renda fixa emitidos por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e recompra garantida na taxa pactuada na aplicação, os saldos das aplicações financeiras refletem o seu valor justo nas datas de avaliação.

22.2. Considerações iniciais

A Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. A referida política é aplicada com adoção de procedimentos que capte todas as suas áreas críticas, garantindo que os negócios estejam em conformidade com as propostas acordadas. Em resumo, a Companhia possui algumas etapas a serem evidenciadas na formalização de novas operações: (i) prospecção de novos negócios; (ii) análise detalhada da proposta levantando questionamentos, análise de crédito preliminar para seguir para próximas etapas; (iii) avaliação pelo Comitê de Operações; (iv) negociação final com o cliente; (v) auditoria financeira e jurídica e uma vez que todas as condições anteriores tenham sido cumpridas por fim a etapa (vi) efetivação do negócio.

22.3. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital para garantir que possa continuar com suas atividades rotineiras utilizando capital próprio ou reinvestindo os resultados obtidos pela Companhia. Eventualmente o capital da Companhia poderá não ser suficiente para suas futuras exigências operacionais e manutenção do crescimento esperado, de forma que a Companhia pode vir a precisar de fonte de financiamento externas.

Atualmente a Companhia não se utiliza de quaisquer fontes de financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos e informa que possui recursos para honrar seus compromissos operacionais.

22.4. Exposição a risco de taxas de juros

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de taxas de juros

22.5. Gestão de risco de mercado

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

22.6. Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez, utilizando capital próprio ou pelo reinvestimento dos resultados obtidos pela própria Companhia. A Companhia informa que possui liquidez para honrar seus compromissos financeiros.

22.7. Risco de crédito

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes de crédito.

22.8. Risco operacional

São riscos relacionados à possibilidade de ocorrência na perda não prevista de uso inadequado de sistemas, dos mecanismos de controle, erros humanos e falhas nas estruturas das operações.

Com a finalidade de mitigar os erros citados acima a Companhia busca planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades executadas por seus funcionários e prepostos no sentido de minimizar os efeitos dos riscos aos quais a Companhia está sujeita nos serviços que presta. Para tanto estabeleceu um conjunto de Normas e Procedimentos que tem como objetivo reduzir ao mínimo os efeitos das perdas acidentais, enfocando o tratamento aos riscos que possam causar danos a Companhia, ao meio ambiente, a sociedade, aos concorrentes e aos demais participantes do mercado.

O ganho da Companhia provém basicamente da securitização de recebíveis, que necessita de uma equipe especializada, para organização, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico de nossos produtos.

Os riscos operacionais também podem estar relacionados com a perda de membros da equipe operacional da Companhia e/ou à sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. A Companhia desenvolveu um conjunto de normas relacionadas às Políticas de Recursos Humanos e de Benefícios de modo a garantir a manutenção na Companhia de profissionais qualificados.

Adicionalmente a Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para execução de diversas atividades tendo como a finalidade de atender ao seu objeto social, tais como: assessores jurídicos, agentes fiduciários, empresas prestadoras de serviços de auditoria e cobrança de créditos pulverizados, agências classificadoras de risco, banco liquidante, coordenador líder para distribuir os Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, entre outros.

A Companhia avalia os riscos relacionados a seus fornecedores de serviços com base em histórico profissional e relacionamento com mercado, além de pesquisar referências e restrições. Adicionalmente a Companhia atua com a diversificação na contratação de seus fornecedores igualmente reconhecidos no mercado de modo a reduzir a dependência em relação aos prestadores de serviço em caso de falência dos mesmos e ou alteração relevante da tabela de preços. No entanto, caso a Companhia não consiga implementar sua estratégia de diversificação dos prestadores de serviço, a Companhia poderá ficar dependente de determinados fornecedores específicos, o que pode afetar os seus resultados.

22.9. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia no trimestre findo em 30 de junho de 2017 estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado nesta data. Os referidos instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação aquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administramos. A Companhia não possui investimentos de alto risco que são especulativos como derivativos. A determinação dos valores estimados nas realizações de ativos e passivos financeiros é baseada em informações disponíveis no mercado e com metodologia e critério de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Companhia utilize julgamentos para interpretar dados de mercado e estimar valores de realização mais adequados.

22.10. Análise de sensibilidade

A Companhia não apresentou análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e não está

diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

23. Informações fiduciárias – Patrimônio separado

Essas informações são complementares às informações contábeis intermediárias da Companhia e estão apresentadas de forma completa no Informe Trimestral de Securitizadora de 30 de junho de 2017, conforme instituído pela Instrução CVM N° 480, de 07 de dezembro de 2009 e as suas alterações.

23.1. Balanços patrimoniais fiduciários

A composição ativa do balanço patrimonial fiduciário de 30 de junho de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

	- Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante					Não circulante		Ativo total
	Caixa e equivalente s de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 1	472	219	848	-	1.539	2.149	2.149	3.688
Série 2	309	441	1.743	-	2.493	4.191	4.191	6.684
Série 3	10	76	47	-	133	57	57	190
Série 4 e 5	601	-	5.278	-	5.879	18.193	18.193	24.072
Série 6	-	1.152	2.850	-	4.002	27.718	27.718	31.720
Série 7	59	1.513	202.281	7.378	211.231	-	-	211.231
Série 8	-	9.668	6.409	-	16.077	24.687	24.687	40.764
Série 9	313	-	1.623	-	1.936	7.662	7.662	9.598
Série 10	1	-	3.549	-	3.550	4.438	4.438	7.988
Série 11	-	-	22.845	-	22.845	5.062	5.062	27.907
Série 12	-	54	8.156	-	8.210	73.006	73.006	81.216
Série 13	-	-	13.552	-	13.552	98.406	98.406	111.958
Série 14	3	-	17.429	-	17.432	128.523	128.523	145.955
Série 15	1	-	43.050	-	43.051	7.756	7.756	50.807
Série 16	26.613	-	78.456	-	105.069	-	-	105.069
Série 17	16.597	-	296.358	-	312.955	1.621.300	1.621.300	1.934.255
Série 19 e 20	16	702	1.759	-	2.477	4.876	4.876	7.353
Série 22	805	1.308	7.465	-	9.578	46.453	46.453	56.031
Série 23	-	2.071	10.520	-	12.591	748	748	13.339
Série 24	-	760	6.006	-	6.766	38.784	38.784	45.550
Série 25	1.164	-	12.278	-	13.442	60.770	60.770	74.212
Série 26	-	-	5.041	-	5.041	30.311	30.311	35.352
Série 29 e 30	49	328	1.674	-	2.051	9.361	9.361	11.412
Série 31 e 32	294	275	3.171	-	3.740	4.801	4.801	8.541
Série 33	-	-	22.000	-	22.000	274.213	274.213	296.213
Série 34	-	-	25.182	-	25.182	279.376	279.376	304.558
Série 35 e 36	19	-	23.502	2.840	26.361	-	-	26.361
Série 37	508	2.297	10.993	-	13.798	43.530	43.530	57.328
Série 38	-	-	10.882	-	10.882	19.530	19.530	30.412
Série 39	-	-	4.224	-	4.224	24.217	24.217	28.441
Série 40	1.607	1.914	9.511	1	13.033	11.326	11.326	24.359
Série 41	-	-	5.040	-	5.040	24.470	24.470	29.510
Série 42	1	-	25.066	-	25.067	274.489	274.489	299.556
Série 43	1.059	-	10.202	-	11.261	46.914	46.914	58.175
Série 44	351	-	1.215	-	1.566	8.686	8.686	10.252
Série 45	3	1.235	12.895	-	14.133	28.376	28.376	42.509
Série 46	-	2.662	8.765	-	11.427	65.225	65.225	76.652
Série 47	-	-	8.214	-	8.214	69.897	69.897	78.111
Série 48	1.377	796	1.205	-	3.378	6.293	6.293	9.671
Série 50	-	-	6.813	-	6.813	39.848	39.848	46.661
Série 51	-	-	9.918	-	9.918	63.957	63.957	73.875
Série 52	1.065	-	2.902	-	3.967	6.911	6.911	10.878
Série 53	-	-	3.585	-	3.585	17.221	17.221	20.806
Série 55	26	477	533	-	1.036	3.260	3.260	4.296
Série 56 e 57	2.251	6.323	23.814	-	32.388	76.981	76.981	109.369
Série 59 e 60	3.630	2.867	38.186	7	44.690	60.699	60.699	105.389
Série 61 e 62	13	121	21.536	-	21.670	73.112	73.112	94.782
Série 63	25	69.383	63.797	-	133.205	51.614	51.614	184.819
Série 64	-	-	-	-	-	291.969	291.969	291.969
Série 65	-	-	8.246	-	8.246	42.932	42.932	51.178
Série 66	-	-	3.914	-	3.914	20.315	20.315	24.229
Série 67	-	-	2.100	-	2.100	10.901	10.901	13.001
Série 68	1.604	1.516	11.918	1	15.039	19.838	19.838	34.877
Série 69	-	-	37.952	-	37.952	47.614	47.614	85.566
Série 70	-	-	29.564	-	29.564	33.726	33.726	63.290



Certificados de Recebíveis Imobiliários								
	Circulante					Não circulante		Ativo total
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 71-72	-	2.515	5.863	-	8.378	27.686	27.686	36.064
Série 73	-	27.768	14.893	-	42.661	126.098	126.098	168.759
Série 74	-	4.044	18.854	-	22.898	60.157	60.157	83.055
Série 75	-	-	45.750	-	45.750	-	-	45.750
Série 76	-	-	151.580	-	151.580	-	-	151.580
Série 77	-	610	1.341	-	1.951	8.281	8.281	10.232
Série 78	-	-	7.653	-	7.653	57.412	57.412	65.065
Série 79	-	-	62.669	-	62.669	34.880	34.880	97.549
Série 81	472	1.613	14.615	-	16.700	104.638	104.638	121.338
Série 82	-	-	14.077	-	14.077	35.966	35.966	50.043
Série 83	112	662	1.009	-	1.783	5.536	5.536	7.319
Série 84	10	-	10.317	-	10.327	91.761	91.761	102.088
Série 85	-	220	-	-	220	15.569	15.569	15.789
Série 86	12	-	40.370	-	40.382	60.065	60.065	100.447
Série 87	-	-	3.310	-	3.310	34.309	34.309	37.619
Série 88	-	-	3.310	-	3.310	34.309	34.309	37.619
Série 92 93	-	-	-	-	-	44.500	44.500	44.500
Total	61.452	145.590	1.591.673	10.227	1.808.942	4.997.859	4.997.859	6.806.801

Certificados de Recebíveis do Agronegócio								
	Circulante					Não circulante		Ativo total
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 1	2	52	9.121	-	9.175	68.915	68.915	78.090
Série 2	-	-	90.542	-	90.542	924.610	924.610	1.015.152
Série 3	6.097	125	14.748	-	20.970	121.003	121.003	141.973
Série 5	-	56	8.321	-	8.377	72.136	72.136	80.513
Série 6	-	55	4.289	-	4.344	31.888	31.888	36.232
Série 7	-	-	96.062	-	96.062	1.005.596	1.005.596	1.101.658
Total	6.099	288	223.083	-	229.470	2.224.148	2.224.148	2.453.618

A composição passiva do balanço patrimonial fiduciário de 30 de junho de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 1	848	472	1.320	2.149	219	2.368	3.688
Série 2	1.743	309	2.052	4.191	441	4.632	6.684
Série 3	47	10	57	57	76	133	190
Série 4 e 5	5.278	601	5.879	18.193	-	18.193	24.072
Série 6	2.850	-	2.850	27.718	1.152	28.870	31.720
Série 7	202.281	8.950	211.231	-	-	-	211.231
Série 8	6.409	-	6.409	24.687	9.668	34.355	40.764
Série 9	1.623	313	1.936	7.662	-	7.662	9.598
Série 10	3.549	1	3.550	4.438	-	4.438	7.988
Série 11	22.845	-	22.845	5.062	-	5.062	27.907
Série 12	8.156	-	8.156	73.006	54	73.060	81.216
Série 13	13.552	-	13.552	98.406	-	98.406	111.958
Série 14	17.429	3	17.432	128.523	-	128.523	145.955
Série 15	43.050	1	43.051	7.756	-	7.756	50.807
Série 16	78.456	26.613	105.069	-	-	-	105.069
Série 17	296.358	16.597	312.955	1.621.300	-	1.621.300	1.934.255
Série 19 e 20	1.759	16	1.775	4.876	702	5.578	7.353
Série 22	7.465	805	8.270	46.453	1.308	47.761	56.031
Série 23	10.520	-	10.520	748	2.071	2.819	13.339
Série 24	6.006	-	6.006	38.784	760	39.544	45.550
Série 25	12.278	1.164	13.442	60.770	-	60.770	74.212
Série 26	5.041	-	5.041	30.311	-	30.311	35.352
Série 29 e 30	1.674	49	1.723	9.361	328	9.689	11.412
Série 31 e 32	3.171	294	3.465	4.801	275	5.076	8.541
Série 33	22.000	-	22.000	274.213	-	274.213	296.213
Série 34	25.182	-	25.182	279.376	-	279.376	304.558
Série 35 e 36	23.502	2.859	26.361	-	-	-	26.361

Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 37	10.993	508	11.501	43.530	2.297	45.827	57.328
Série 38	10.882	-	10.882	19.530	-	19.530	30.412
Série 39	4.224	-	4.224	24.217	-	24.217	28.441
Série 40	9.511	1.608	11.119	11.326	1.914	13.240	24.359
Série 41	5.040	-	5.040	24.470	-	24.470	29.510
Série 42	25.066	1	25.067	274.489	-	274.489	299.556
Série 43	10.202	1.059	11.261	46.914	-	46.914	58.175
Série 44	1.215	351	1.566	8.686	-	8.686	10.252
Série 45	12.895	3	12.898	28.376	1.235	29.611	42.509
Série 46	8.765	-	8.765	65.225	2.662	67.887	76.652
Série 47	8.214	-	8.214	69.897	-	69.897	78.111
Série 48	1.205	1.377	2.582	6.293	796	7.089	9.671
Série 50	6.813	-	6.813	39.848	-	39.848	46.661
Série 51	9.918	-	9.918	63.957	-	63.957	73.875
Série 52	2.902	1.065	3.967	6.911	-	6.911	10.878
Série 53	3.585	-	3.585	17.221	-	17.221	20.806
Série 55	533	26	559	3.260	477	3.737	4.296
Série 56 e 57	23.814	2.251	26.065	76.981	6.323	83.304	109.369
Série 59 e 60	38.186	3.637	41.823	60.699	2.867	63.566	105.389
Série 61 e 62	21.536	13	21.549	73.112	121	73.233	94.782
Série 63	63.797	25	63.822	51.614	69.383	120.997	184.819
Série 64	-	-	-	291.969	-	291.969	291.969
Série 65	8.246	-	8.246	42.932	-	42.932	51.178
Série 66	3.914	-	3.914	20.315	-	20.315	24.229
Série 67	2.100	-	2.100	10.901	-	10.901	13.001
Série 68	11.918	1.605	13.523	19.838	1516	21.354	34.877
Série 69	37.952	-	37.952	47.614	-	47.614	85.566
Série 70	29.564	-	29.564	33.726	-	33.726	63.290
Série 71-72	5.863	-	5.863	27.686	2.515	30.201	36.064
Série 73	14.893	-	14.893	126.098	27.768	153.866	168.759
Série 74	18.854	-	18.854	60.157	4.044	64.201	83.055
Série 75	45.750	-	45.750	-	-	-	45.750
Série 76	151.580	-	151.580	-	-	-	151.580
Série 77	1.341	-	1.341	8.281	610	8.891	10.232
Série 78	7.653	-	7.653	57.412	-	57.412	65.065
Série 79	62.669	-	62.669	34.880	-	34.880	97.549
Série 81	14.615	472	15.087	104.638	1.613	106.251	121.338
Série 82	14.077	-	14.077	35.966	-	35.966	50.043
Série 83	1.009	112	1.121	5.536	662	6.198	7.319
Série 84	10.317	10	10.327	91.761	-	91.761	102.088
Série 85	-	-	-	15.569	220	15.789	15.789
Série 86	40.370	12	40.382	60.065	-	60.065	100.447
Série 87	3.310	-	3.310	34.309	-	34.309	37.619
Série 88	3.310	-	3.310	34.309	-	34.309	37.619
Série 92 93	-	-	-	44.500	-	44.500	44.500
Total	1.591.673	73.192	1.664.865	4.997.860	144.076	5.141.935	6.806.801

Certificados de Recebíveis do Agronegócio							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 1	9.121	2	9.123	68.915	52	68.967	78.090
Série 2	90.542	-	90.542	924.610	0	924.610	1.015.152
Série 3	14.748	6.097	20.845	121.003	125	121.128	141.973
Série 5	8.321	-	8.321	72.136	56	72.192	80.513
Série 6	4.289	-	4.289	31.888	55	31.943	36.232
Série 7	96.062	-	96.062	1.005.596	0	1.005.596	1.101.658
Total	223.083	6.099	229.182	2.224.148	288	2.224.436	2.453.618

Observação: As séries 29, 30 e 55 de Certificado de Recebível Imobiliário tem sofrido queda na arrecadação da carteira/ lastro devido ao grande atraso na entrega do empreendimento, impactando assim nos fluxos de pagamento dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

23.2. Caixa e equivalente de caixa

O montante total de caixa e equivalente de caixa das séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários em 30 de junho de 2017 é de R\$ 61.452 e R\$ 6.099 de Certificados de Recebíveis do

Agronegócio. Referido montante possui liquidez imediata, saldo com movimentação disponível nas contas correntes centralizadoras das operações.

23.3. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras em 30 de junho de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

Certificados de Recebíveis Imobiliários			
	CDB	Aplicações compromissadas	Total de Aplicações financeiras
Série 1	-	219	219
Série 2	441	-	441
Série 3	76	-	76
Série 6	42	1.110	1.152
Série 7	1.513	-	1.513
Série 8	1.166	8.502	9.668
Série 12	-	54	54
Série 19 e 20	-	702	702
Série 22	-	1.308	1.308
Série 23	1.855	216	2.071
Série 24	760	-	760
Série 29 e 30	-	328	328
Série 31 e 32	-	275	275
Série 37	-	2.297	2.297
Série 40	-	1.914	1.914
Série 45	440	795	1.235
Série 46	2.637	25	2.662
Série 48	-	796	796
Série 55	-	477	477
Série 56 e 57	26	6.297	6.323
Série 59 e 60	451	2.416	2.867
Série 61 e 62	-	121	121
Série 63	-	69.383	69.383
Série 68	-	1.516	1.516
Série 71-72	-	2.515	2.515
Série 73	344	27.424	27.768
Série 74	75	3.969	4.044
Série 77	-	610	610
Série 81	1.613	-	1.613
Série 83	42	620	662
Série 85	220	-	220
Total	11.701	133.889	145.590

Certificados de Recebíveis do Agronegócio			
	CDB	Aplicações compromissadas	Total de Aplicações financeiras
Série 1	15	37	52
Série 3	-	125	125
Série 5	-	56	56
Série 6	-	55	55
Total	15	273	288

As aplicações compromissadas e CDB referem-se aos valores aplicados em bancos de primeira linha para liberação da cessão de crédito conforme avanço de obra, fundos de reserva, fundos de liquidez, fundos de retenção e fundos de despesa constituídos como garantias em algumas séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio com rentabilidade média de 99% do CDI.

23.4. Créditos vinculados

Os créditos vinculados referem-se às operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nºs 9.514/97 e 10.931/04, as quais dispõem, respectivamente, sobre os Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRI) e as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), em conjunto “Títulos Imobiliários” e referem-se também a contratos de cessão de recebíveis do agronegócio representados por Contratos ou Títulos relacionados a Produção, Comercialização ou Financiamento no âmbito do Agronegócio, tais como Cédula do Produtor Rural.

Foram instituídos sob regime fiduciário e, conseqüentemente, constituem patrimônio separado com o propósito exclusivo de responder pela realização de certos direitos, não se confundindo com o patrimônio da Companhia, e constituem o lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos pela Companhia.

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrear os referidos títulos imobiliários, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Em atendimento à determinação da Lei nº 11.076/04, os registros contábeis da operação de securitização vêm sendo mantidos de forma segregada e não são incorporados ao resultado nem ao patrimônio da Companhia por se constituírem em patrimônio separado.

23.5. Outros passivos

O saldo registrado na conta de outros passivos está relacionado com as liberações aos cedentes e em algumas operações as liberações das cessões de crédito que ocorrem mediante avanço de obras, fundos de reserva e valores a repassar aos cedentes das operações referentes a excedentes recebidos, sendo esta uma garantia, esses recursos ficam aplicados em bancos considerados de primeira linha com rendimentos compatíveis aos de mercado e que são repassados aos cedentes auferidos com rendimento líquido.

23.6. Valores mobiliários emitidos

Representa os valores a pagar aos investidores, detentores dos Certificados de Recebíveis imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio circulante e não circulante.

Os certificados de recebíveis do agronegócio são de emissão exclusiva de companhias securitizadoras criadas pela Lei nº 11.076/04 e consistem em títulos de crédito nominativos, de livre negociação, vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. Os certificados de recebíveis do agronegócio são representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial.

Certificados de recebíveis imobiliários são de emissão exclusiva de companhias securitizadoras criadas pela Lei nº 9.514/97 e consistem em títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreados em créditos imobiliários, constituindo promessa de pagamento em dinheiro.

23.7. Informações complementares sobre a emissão dos valores mobiliários emitidos

Apresentamos a seguir os seguintes dados relativos a:

23.7.1 Aquisições do período

Série	Valores mobiliários emitidos	Data de emissão	Valor
81	Certificados de Recebíveis Imobiliários	15/04/2017	120.000
84	Certificados de Recebíveis Imobiliários	10/04/2017	100.000
92	Certificados de Recebíveis Imobiliários	26/06/2017	43.000
93	Certificados de Recebíveis Imobiliários	26/06/2017	1.500
7	Certificados de Recebíveis do Agronegócio	10/04/2017	1.080.000

23.7.2. Retrocessões

Série	Valores mobiliários emitidos	Valor
04-05	Certificados de Recebíveis Imobiliários	100
09	Certificados de Recebíveis Imobiliários	118
17	Certificados de Recebíveis Imobiliários	48.194
40	Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.804
52	Certificados de Recebíveis Imobiliários	98
68	Certificados de Recebíveis do Agronegócio	1.591

23.7.3 Rating

As emissões das séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio da Companhia foram realizadas em conformidade com a Instrução CVM nº 476, a qual não menciona a obrigatoriedade de atualização trimestral dos relatórios de classificação de risco.

23.7.4 Vencimento antecipado

Em 19 de janeiro de 2017 foi deliberado pelos titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da série 35 e 36 a dação em pagamento, aprovando a transferência e a metodologia para liquidação e encerramento dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, e assim efetivando a título de pagamento dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em circulação, a transmissão dos seguintes imóveis em favor dos titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários: (i) Shopping Aldeia; (ii) Shopping Bento Gonçalves; (iii) Hotel Bagé; e (iv) Shopping Max, sendo este último imóvel transferido a título de compromisso de dação em pagamento, até o cancelamento da sua indisponibilidade específica

Informamos que a 7ª Série, 35ª Série e 36ª Série de Certificados de Recebíveis Imobiliários seguem inadimplentes em relação ao pagamento dos valores remanescentes de Principal, Juros, Multa e Mora.



As referidas inadimplências acarretaram em demandas judiciais, conforme demonstradas abaixo:

Série	Processo	Comarca
7	015/1.15.0011789-9	Gravataí
7	015/1.15.0012465-8	Gravataí
7	015/1.15.0012634-0	Gravataí
7	015/1.15.0015594-4	Gravataí
7	017/1.16.0000023-6	Gravataí
7	015/1.16.0000619-3	Gravataí
7	015/1.16.0005212-8	Gravataí
7	015/1.16.0009779-2	Gravataí
7	015/1.16.0012993-7	Gravataí
7	015/1.16.0012995-3	Gravataí
7	001/1.15.0179309-9	Porto Alegre
7	017/1.16.00000022-8	Lajeado
35-36	005/1.16.0002910-4	Bento Gonçalves
35-36	001/1.17.0051999-0	Porto Alegre
35-36	004/1.16.0009872-0	Bagé
35-36	005/1.16.0006234-9	Bento Gonçalves
35-36	005/1.16.0008453-9	Bento Gonçalves
35-36	005/1.17.0000502-9	Bento Gonçalves
35-36	005/1.17.0000503-7	Bento Gonçalves
35-36	026/1.16.0010299-2	Santa Cruz do Sul
35-36	026/1.17.0000120-9	Santa Cruz do Sul
35-36	141/1.15.0003930-3	Capão da Canoa
35-36	141/1.16.0005373-1	Capão da Canoa
35-36	141/1.17.0002671-0	Capão da Canoa
35-36	9000377-79.2017.8.21.0026	Santa Cruz do Sul
35-36	00000093420165040011	Porto Alegre
35-36	0004422016040077	Santa Cruz do Sul
35-36	22937.2017 - PP	Porto Alegre
35-36	00000093420165040011	Porto Alegre
35-36	0004422016040077	Santa Cruz do Sul
35-36	22937.2017 - PP	Porto Alegre
35-36	00203112420175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00200168120175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00200064020175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00200193620175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00200401520175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00000235720145040732	Santa Cruz do Sul
35-36	00209513520175040000	Fórum de Capão da Canoa
35-36	00202757920175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00202628020175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00203103920175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00203692720175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00207651220175040000	Capão da Canoa
35-36	00202766420147504073	
35-36	00207642720175040000	Capão da Canoa
35-36	00202575820175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	00207816320175040000	Capão da Canoa
35-36	00207833320175040000	Capão da Canoa
35-36	00203996220175040793	Santa Cruz do Sul
35-36	00207841820175040000	Capão da Canoa
35-36	00209513520175040000	Capão da Canoa
35-36	00202827120175041000	Santa Cruz do Sul
35-36	1079281-57.2015.8.26.0100	São Paulo

23.7.5 Processos

Informamos abaixo os processos envolvendo os patrimônios separados das séries:

Série	Processo	Comarca
8	1542969-84.2017.8.26.0090	São Paulo
52	0025156-84.2016.8.19.0014	Campos dos Goytacazes
59- 60	0514868-06.2016.8.05.0080	Feira de Santana
59- 60	1061321-81.2016.8.26.0576	São José do Rio Preto
55	0863624-75.2016.8.10.0001	São Luís
55	0863615-16.2016.8.10.0001	São Luís
44	5000144-24.2017.8.13.0625	São João Del Rei
44	0224034-28.2017.8.13.0000	Tribunal e Justiça
59- 60	1006512-10.2017.8.26.0576	São José do Rio Preto
59- 60	1009036-77.2017.8.26.0576	São José do Rio Preto
19-20	1011371-70.2015.8.26.0566	São Carlos
55	0807252-72.2017.8.10.0001	São Luís
55	0803978-03.2017.8.10.0001	São Luís
55	0803975-48.2017.8.10.0001	São Luís
55	0800624-34.2017.8.10.0012	São Luís
55°	0801291-53.2017.8.10.0001	São Luís
59- 60	1047406-62.2016.8.26.0576	São José do Rio Preto
59- 60	0515965-41.2016.8.05.0080	Feira de Santana
34		Câmara Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional
34	0215484-10.2016.8.19.0001	Rio de Janeiro

24. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22. O CPC 22 é mandatário para as demonstrações contábeis cujos exercícios se encerram a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

25. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ápice Securitizadora S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ápice Securitizadora S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Informações contábeis fiduciárias

Chamamos a atenção para às informações contábeis fiduciárias apresentadas na Nota Explicativa nº 23, referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é prevista para companhias securitizadoras, conforme requerido na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Essas informações contábeis fiduciárias foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2017.

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possui conselho fiscal ou órgão equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Estruturação e Operações da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes contratados pela Companhia, Grant

Thornton Auditores Independentes referente as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Estruturação e Operações da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes contratados pela Companhia, Grant

Thornton Auditores Independentes referente as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2017